

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO POSSIBILIDADE DE LIBERTAÇÃO DO OPRIMIDO

SONIA COUTO SOUZA FEITOSA²

RESUMO

O presente artigo busca contribuir com a reflexão sobre a relação entre analfabetismo e opressão. Uma rápida análise da EJA ao longo da história, a partir do Brasil Colônia até os dias atuais, é apresentada, com o objetivo de compreender como a ausência de políticas públicas para EJA tem contribuído para a perpetuação da exclusão e opressão. O artigo apresenta a metodologia freiriana como possibilidade de libertação do oprimido por meio da ampliação da consciência crítica e da participação cidadã.

PALAVRAS-CHAVE

Pedagogia do Oprimido, educação de jovens e adultos, metodologia freiriana.

2. Sonia Couto Souza Feitosa - Mestre e Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da USP (FE-USP). Licenciada em Letras e Pedagogia, é professora aposentada da Rede Municipal de Educação de São Paulo. É autora do livro *Método Paulo Freire, a reinvenção de um legado* (Brasília: Liber livros, 2011) e de livros didáticos para EJA na perspectiva freireana. Tem artigos publicados em revistas acadêmicas e em cadernos pedagógicos para Secretarias Municipais de Educação. É membro da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – CNAEJA. É também membro do Conselho Assessor da Catedra Unesco da UCLA. Atualmente coordena o Centro de Referência Paulo Freire que tem como missão socializar e dar continuidade ao legado freiriano

ABSTRACT

This article seeks to contribute to the reflection on the relationship between illiteracy and oppression. An analysis of the EJA throughout history, from Brazil Colônia to the present day, is presented, with the aim of understanding how the absence of public policies for EJA has contributed to the perpetuation of exclusion and oppression. The article presents the Freiriana methodology as a possibility of liberation of the oppressed through the expansion of critical awareness and citizen participation.

KEYWORDS

Pedagogy of the Oppressed, youth and adult education, freiriana methodology.

INTRODUÇÃO

Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam. FREIRE, Paulo (2005, p. 23)

O analfabetismo entre pessoas jovens, adultas e idosas tem se concretizado como uma das formas mais cruéis de exclusão. A pessoa não alfabetizada vive cotidianamente inúmeras situações de humilhação, insegurança, dependência e medo, que são marcas expressivas da opressão. O analfabeto é, nesta perspectiva, um oprimido.

Essa opressão traz marcas indelévels na vida desses sujeitos e somente a consciência de que são oprimidos pode libertá-los. Mas essa consciência não se dá automaticamente. Ela acontece por meio de uma imersão profunda na realidade, da desnaturalização daquilo que foi apresentado como verdade absoluta. Somente assim é possível a libertação. A metodologia freiriana propõe essa imersão.

A alfabetização, nesta perspectiva, tem por objetivo inserir a pessoa não alfabetizada no contexto letrado e possibilitar, neste processo, a superação da consciência ingênua e a ampliação da consciência crítica. Essa prática se dá num processo de construção do conhecimento, que parte de um contexto discursivo de interlocução e interação, através do desvelamento crítico da realidade. Ela promove a capacidade de, entre outras coisas, compreender e comunicar o mundo e as próprias ideias, por diversos meios e códigos.

A alfabetização se torna, portanto, um instrumento indispensável ao exercício da plena cidadania. Implica o desenvolvimento de competências que instrumentalizam as pessoas para os enfrentamentos dos desafios da atualidade e para a superação da opressão.

O analfabetismo entre pessoas jovens e adultas dificulta a participação ativa dos sujeitos nos processos decisórios, por isso a alfabetização é condição necessária para o desenvolvimento de um país, e fortalecimento da democracia.

Mas, para defender a democracia e acabar com a opressão é preciso construir uma força coletiva e construir narrativas de libertação. Tomemos como exemplo as palavras de Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (14ª edição, 2005. pp. 160 e 161)

“Na medida em que as minorias, submetendo as maiorias a seu domínio, as oprimem, dividi-las e mantê-las divididas são condição indispensável à continuidade de seu poder. Daí que toda ação que possa, mesmo incipientemente, proporcionar às classes oprimidas o despertar para que se unam é imediatamente freada pelos opressores através de métodos, inclusive, fisicamente violentos. Conceitos como os de união, de organização, de luta são timbrados, sem demora, como perigosos. E realmente o são, mas para os opressores.(...) O que interessa ao poder opressor é enfraquecer os oprimidos mais do que já estão, ilhando-os, criando e aprofundando cisões entre eles, através de uma gama variada de métodos e processos”.

Diante da urgência de romper esse ciclo de exclusão e opressão a que são submetidos milhares de jovens, adultos e idosos não alfabetizados e/ou com baixa escolaridade, faz-se necessário o estabelecimento de políticas públicas para esta modalidade que atendam, de forma efetiva, as necessidades educacionais do público da EJA, marcado pela diversidade dos sujeitos e pela condição de trabalhadores.

A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO ANALFABETISMO ADULTO CONTRIBUINDO PARA PERPETUAR A OPRESSÃO

Perto de 12 milhões de brasileiros e brasileiras encontram-se ainda excluídos da plena participação na sociedade letrada e essa exclusão vem sendo fortalecida ao longo dos anos pela ausência de políticas públicas de combate ao analfabetismo entre a população adulta. Vale ressaltar que a alfabetização é a primeira etapa da educação básica e deve ser porta de entrada para um longo processo de escolarização, por isso falaremos aqui sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e não somente sobre a Alfabetização.

A linha do tempo da EJA no Brasil nos permite entender como o baixo prestígio social desta modalidade foi sendo consolidado ao longo dos anos. Vale lembrar que, desde o Brasil Colônia até a Proclamação da Independência, somente a elite tinha “permissão social” para se educar. No início do século XIX, o governo central passou a cuidar da educação da elite e delegou às províncias a responsabilidade de educar a população menos favorecida, excluindo-se, desse grupo, os negros escravos e as mulheres.

A legislação do Império permitia a existência de aulas noturnas nos espaços escolares, porém com teor filantrópico. Essas aulas noturnas e a alfabetização no exército foram as primeiras iniciativas de Educação de Adultos no final do século XIX. A gênese desta modalidade foi, portanto, marcada pela lógica do assistencialismo.

Na Primeira República (1889-1930), a questão do analfabetismo começa a merecer certa preocupação e iniciam-se reformas educacionais que pouco afetaram a Educação de Adultos.

O século XX vem marcado pela ideia de que o analfabetismo é parte do atraso social e passa a ser visto como uma “chaga”, um “câncer”, uma “erva daninha que precisa ser erradicada”. Em 1915, surge a Liga Brasileira contra o Analfabetismo, mas ainda persistia a ausência de políticas de educação para adultos.

Em 1945, o Fundo Nacional do Ensino Primário reservava 25% dos repasses da União à educação supletiva dos adultos e, dois anos depois, foi criado o Serviço de Educação de Adultos no Departamento Nacional de Educação, sob o comando de Lourenço Filho. Segundo Fávero (2004, p. 14),

O que provoca uma tomada de posição do Estado é o movimento de redemocratização do país, após a ditadura de 1937-1945, aliado às iniciativas mundiais da recém criada UNESCO, ao final da Segunda Guerra Mundial.

Em 1947, com o aproveitamento dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário, a União lança, em plano nacional, a primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA).

Após a ditadura do Estado Novo (1937-1945), a União passou a assumir a Educação de Adultos, tomando-a como sua responsabilidade, liberando recursos que, até então, eram destinados somente ao ensino básico regular. Esse avanço, embora significativo, não representou progressos na dimensão metodológica e curricular. As aulas para adultos continuavam a ser ministradas por professores especializados na educação para crianças e os materiais didáticos, a abordagem e a metodologia eram infantilizados, desconsiderando os saberes e a vivência dos educandos adultos.

No início dos anos de 1960, diante do número elevado de analfabetismo entre adultos, o então presidente João Goulart convidou Paulo Freire a coordenar o Programa Nacional de Educação, que teria como desafio eliminar o analfabetismo entre a população adulta, utilizando o sistema Paulo Freire, que tinha se revelado altamente exitoso na experiência em Angicos, Rio Grande do Norte. Essa experiência se deu num contexto em que cresciam os movimentos de cultura popular que lutavam para que as classes mais empobrecidas, em especial os moradores do campo, tivessem direito à alfabetização e continuidade dos estudos. A luta desses movimentos culminou com o lançamento do Programa Nacional de Educação com base no Sistema Paulo Freire. Este Programa, que teve a efêmera existência de oitenta dias, apresentava-se como possibilidade de superação do modelo assistencialista e compensatório que fora imprimido à EJA desde seu surgimento.

O Sistema Paulo Freire, ou Método Paulo Freire como é conhecido, foi um divisor de águas na Educação de Adultos, pois marcou a ruptura do paradigma compensatório e possibilitou uma compreensão da EJA que a caracteriza, politicamente como um direito inalienável e, metodologicamente, como modalidade com especificidade.

Paulo Freire ressignificou conceitos, criou categorias e consolidou uma nova visão da EJA, mas, a ditadura civil militar estabelecida no país, no período de 1964 a 1985, não permitiu a efetivação do Sistema Paulo Freire como política pública de EJA.

Na segunda metade do século XX, a expressão Educação de Adultos ganha um complemento: o J da EJA, representando o processo silencioso de migração de adolescentes e jovens para o ensino noturno, até então concebido para a população adulta. Esse jovem encaminhado para a EJA, quase sempre em função de múltiplas repetências, chega carregado do sentimento de fracasso e entende o seu ingresso da EJA como um castigo, passando, muitas vezes, a assumir uma postura de “rebeldia”, gerando conflitos geracionais em sala de aula. Esta situação exigiu a reconfiguração da EJA nas dimensões conceitual, política e metodológica.

Ao adentrar o século XXI, aumenta a consciência de que o país tem uma dívida social histórica com a população jovem e adulta que não teve acesso ao direito fundamental da educação ao longo da vida, mas ainda persiste a invisibilidade da

EJA, embora seja uma modalidade da educação básica de caráter regular, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/96.

Diante da complexidade do mundo atual, que exige cada vez mais que homens e mulheres transitem na esfera social com autonomia e consciência cidadã, a EJA necessita assumir-se como educação emancipadora. Para isso, é preciso desconstruir modelos internalizados de vivências escolares pautados em práticas autoritárias e verticalizadas, onde o educador exerce o papel de detentor do conhecimento e o educando de receptor passivo. A concepção de currículo que permeia esse modelo está centrada na ideia de rol de conteúdos, disciplinas fragmentadas, métodos, tempos e espaços rígidos, refratários às necessidades dos educandos. Essa lógica, que disciplina, hierarquiza e fragmenta o conhecimento, limita a possibilidade de uma aprendizagem significativa, crítica, transformadora. Por isso, há que se entender a EJA como espaço de práticas pedagógicas problematizadoras, questionadoras da realidade.

Para isso, é preciso enxergar a EJA na sua boniteza, como dizia Paulo Freire. Há muita beleza nas primeiras escritas de um adulto em processo de alfabetização, nas suas novas descobertas, na superação da dependência, na ampliação da leitura do mundo para a leitura da palavra. É extremamente belo ouvir dos educandos e educandas os causos, as histórias cheias de sabedoria popular e as estratégias que criam para sua sobrevivência no mundo letrado.

Esse é um desafio que temos pela frente. O histórico da EJA no Brasil evidenciou limites que precisam ser superados. O futuro acena para um cenário de possibilidades. Entre a EJA que temos e a que queremos há um espaço que precisa ser preenchido por políticas públicas de inclusão a todos e todas. A mudança é possível, urgente e necessária.

A METODOLOGIA FREIRIANA COMO POSSIBILIDADE DE LIBERTAÇÃO DO OPRIMIDO

Em 2012, Paulo Freire foi considerado o Patrono da Educação Brasileira pela sua imensa contribuição em favor de uma educação transformadora. Seu trabalho nessa direção surgiu a partir da criação de uma metodologia de alfabetização de adultos conhecida como Método Paulo Freire.

Existem diversos e conhecidos trabalhos sobre o Método que, segundo seu autor, trata-se muito mais de uma **Teoria do Conhecimento** do que de uma **metodologia de ensino**, muito mais um **método de aprender** do que um **método de ensinar**.

O que hoje conhecemos como “Método Paulo Freire para Alfabetização de Adultos” surgiu com o trabalho realizado por Freire na década de 1960. Paulo Freire foi convidado a coordenar o trabalho em Angicos, em função do sucesso de experiências anteriores com essa metodologia e por sua postura inovadora em relação ao analfabetismo, inserindo-o na categoria de problema social, em oposição ao enfoque tecnicista vigente na época.

Freire iniciou o trabalho em Angicos com a formação inicial dos/as educadores/as populares que atuariam como “animadores de debate”, como eram conhecidos

os/as alfabetizadores/as que atuavam nos círculos de cultura por ele criados.

Essa formação aconteceu em dez dias de círculos de diálogos com auditórios lotados, em que eram discutidas questões pertinentes ao tema, em especial as relativas ao papel do educador, numa sociedade em transformação, e à importância das relações entre educador/a e educando/a, no processo de ensino e aprendizagem.

Paralelamente à formação desses/as educadores/as, um estudo do universo vocabular dos/as futuros/as alfabetizando/as estava sendo realizado sob a coordenação de Maria José Monteiro, estudante universitária e membro da equipe de Paulo Freire. Esse estudo (in loco) culminou com o levantamento de 400 palavras, das quais foram escolhidas aquelas que comporiam o léxico das 40 aulas previstas no projeto. A seleção das palavras por Freire e sua esposa Elza, também educadora, se deu em função das dificuldades e facilidades fonéticas, ou seja, o conjunto dos vocábulos deveria conter, em grau crescente, as diferentes composições fonêmicas.

No dia 28 de janeiro de 1963, teve início a primeira aula dessa experiência que viria a ser conhecida no Brasil e no mundo como “As 40 horas de Angicos”.

A 40ª aula aconteceu no dia 2 de abril de 1963, com a presença do então presidente João Goulart, que, junto às autoridades, educandos e imprensa, comprometeu-se em dar continuidade ao projeto em âmbito nacional, convidando Paulo Freire para coordenar a Campanha Nacional de Alfabetização.

No entanto, a instituição do Programa Nacional de Alfabetização, com base no Sistema Paulo Freire, em janeiro de 1964, teve pouco mais de 80 dias de existência. Todo o acervo empregado na execução do Programa foi recolhido com o objetivo de apagar até mesmo a memória daquela experiência. O que se assistiria, mais tarde, nas experiências de alfabetização que se seguiram, no Brasil ditatorial, seria a despolitização total nos processos formativos e o congelamento das ideias e ideais transformadores.

O que de mais precioso Freire nos deixou foi uma metodologia sobre como podemos pensar o pensado, como compreender criticamente nossa realidade, com uma abertura para a análise da cultura e, portanto, uma maneira de filosofar sobre a filosofia.

FUNDAMENTOS DO MÉTODO PAULO FREIRE

Na proposta freiriana, o processo educativo está centrado na mediação educador-educando com o mundo. Parte-se dos saberes dos educandos. Muitas vezes, o educando adulto, quando chega à escola, acredita não saber nada, pois sua concepção de conhecimento está pautada no saber escolar. Um dos primeiros trabalhos do educador é mostrar ao educando que ele sabe muitas coisas. Ele sabe, mas não sabe que sabe.

PRINCÍPIOS QUE CONSTITUEM O MÉTODO PAULO FREIRE

Politicidade do Ato Educativo

A natureza da prática educativa, a sua necessária diretividade, os objetivos, os sonhos que se perseguem na prática não permitem que ela seja neutra, mas política sempre. É a isto que eu chamo de politicidade da educação, isto é, a qualidade que tem a educação de ser política. (FREIRE, 2000 p. 28)

Um dos axiomas do Método Paulo Freire é que não existe educação neutra. A educação, vista como construção e reconstrução contínua de significados de uma dada realidade, prevê a ação humana sobre essa realidade. Essa ação pode ser determinada pela crença fatalista da causalidade, portanto, isenta de análise, uma vez que ela se apresenta estática, imutável, determinada. Mas pode também ser movida pela certeza de que a causalidade pode ser submetida à análise e, portanto, com ação e reflexão podemos relativizá-la e transformá-la.

O que existe de mais atual e inovador no Método Paulo Freire é a constatação da indissociabilidade entre os processos de aprendizagem da leitura e da escrita e o processo de politização. O/A alfabetizando/a é desafiado a refletir sobre seu papel na sociedade, enquanto aprende a escrever a palavra “sociedade”; é desafiado a repensar a sua vida, enquanto aprende a decodificar o valor sonoro de cada sílaba que compõe essa palavra. Essa reflexão tem por objetivo promover a superação da consciência ingênua – também conhecida como “consciência mágica” – pela consciência crítica.

Na experiência de Angicos, assim como em outros lugares onde foi adotado o Método, as salas de aula transformavam-se em fóruns de debate, batizados por Paulo Freire como “Círculos de Cultura”. Neles, os/a alfabetizando/as aprendiam a ler o mundo e as letras e a escrever sua história de vida e as palavras.

DIALOGICIDADE DO ATO EDUCATIVO

O diálogo é uma espécie de postura necessária, na medida em que os seres humanos se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos. O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e a refazem. (FREIRE; SHOR, 1995, p. 123)

Sempre em busca de um humanismo nas relações entre homens e mulheres, a educação, segundo Paulo Freire, tem como objetivo promover a ampliação da visão de mundo do/a educando/a para melhor qualificar sua intervenção nele, e isso é facilitado quando essa relação é mediada pelo diálogo. Não se baseia, como na “educação bancária” no monólogo daquele que, achando-se saber mais, deposita o conhecimento, como algo quantificável, mensurável naquele que supostamente sabe menos ou nada sabe. A atitude dialógica é, antes de tudo, uma atitude de

amor, humildade e fé nos homens, no seu poder de fazer e de refazer, de criar e de recriar (FREIRE, 1987, p. 81).

O diálogo entre natureza e cultura, entre o ser humano e a cultura e entre o homem e a natureza constituía uma prática comum na alfabetização de jovens e adultos proposta por Freire.

MOMENTOS E FASES DO MÉTODO PAULO FREIRE

Freire sempre se incomodava quando lhe atribuíam a autoria de um método de alfabetização. Ele dizia que o compromisso político com os renegados, com os proibidos de ler a palavra e reler o mundo o levou a criar uma metodologia que mais se aproxima de um método de conhecer do que de ensinar.

Embora concordemos com Freire, a expressão “Método Paulo Freire” é hoje uma expressão universalizada como referência de uma concepção democrática, radical e progressista de prática educativa, razão pela qual usamos essa expressão ao longo deste livro.

Essa insistência em classificar a metodologia de Freire em termos de Método ou Sistema se dá pelo fato de ela compreender uma certa sequência das ações, ou melhor dizendo, ela estrutura-se em momentos que, pela sua natureza dialética, não são estanques, mas estão inter-trans-disciplinarmente ligados entre si.

Para situar melhor essa “sequenciação”, indicaremos os momentos que compõem a metodologia criada e adotada por Freire na década de 1960.

1.º Momento: Investigação Temática

Pesquisa sociológica: trata-se da investigação do universo vocabular e estudo dos modos de vida na localidade (estudo da realidade).

2.º Momento: Tematização

Seleção dos temas geradores e das palavras geradoras. “Tematizar” é transformar o observado em temas, para que se possa estudar, minuciosamente, seus componentes.

3.º Momento: Problematização

Busca da superação da primeira visão ingênua por uma visão crítica. Esta visão crítica objetivava transformar o contexto vivido. A abordagem metodológica privilegiava a Leitura do Mundo como instrumento de análise crítica da realidade.

Ao se utilizar essas práticas, amplia-se o conceito de alfabetização, que é entendida como uma fase inicial da aprendizagem da cultura escrita, devendo ser ampliada, gradativamente, de modo a possibilitar o uso social da leitura e da escrita nas práticas cotidianas. O que atualmente vem sendo chamado de letramento, sempre foi, para Freire, o papel da alfabetização. Nesse sentido, podemos utilizar a palavra alfabetização para designar um processo contínuo de aprendizagens e de seu uso social. Na perspectiva freiriana, a aprendizagem é sempre uma ação

transformadora, e transformar, nesse sentido, é utilizar o aprendido para qualificar as intervenções no cotidiano.

Passados 54 anos de existência do Método Paulo Freire permanece atual e cada vez mais necessário. Além de atender a um desejo do seu criador, atende às necessidades de milhares de educadores e educadoras que desejam fazer de suas práticas político-pedagógicas ações de emancipação, libertação e re-significação do ato de aprender e ensinar. Desejam, acima de tudo, ajudar os oprimidos a se auto libertar.

METODOLOGIA FREIRIANA: UM LEGADO DE AMOR AOS OPRIMIDOS

Onde quer que estejam estes oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. [...] Somente com a supressão da situação opressora é possível restaurar o amor que nela estava proibido. (FREIRE, 2005. p. 92.)

Poucos anos antes de sua morte, Paulo Freire deu o seguinte depoimento: “Eu gostaria de ser lembrado como alguém que amou o mundo, as pessoas, os bichos, as árvores, a terra, a água, a vida” (1997).

Ele não se preocupou em ser lembrado pelos livros que escreveu, pelas palestras que proferiu, pela presença marcante no mundo, pelas ideias que inspiraram tantos educadores e educadoras. Ele gostaria de ser lembrado como alguém que teve a imensa capacidade de amar.

Essa afirmação poderia não ter credibilidade, não fosse a extrema coerência existente entre essas palavras e a militância desse educador em favor dos oprimidos, dos esfarrapados do mundo. O amor ao qual Freire se refere se traduziu em suas obras, em suas palestras, nas suas ideias inspiradoras, na luta em favor de uma educação libertadora. E é encharcado por essa amorosidade que devemos dar continuidade a seu legado. Suas ideias estão cada vez mais vivas, inspirando práticas educacionais, justificando ações de mobilização social, impregnando de sentido a luta por uma educação que promova a justiça, a paz e a solidariedade. Resgatar Freire é não só necessário, mas também urgente!

REFERÊNCIAS

FÁVERO, Osmar. Lições da história: os avanços de sessenta anos e a relação de políticas de negação de direitos que alimentam as condições do analfabetismo no Brasil. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane (Org.). *Educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 13-28.

FEITOSA, Sonia Couto Souza. *Das grades às matrizes curriculares participativas na EJA*. 244 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação da USP, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

FEITOSA, Sonia Couto Souza. *Método Paulo Freire: a reinvenção de um legado*. Brasília, DF: Líber Livro, 2008.

FREIRE, Paulo. *Educação e atualidade brasileira*. 1959. Dissertação (concurso para a cadeira de História e Filosofia da Educação) - Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife, 1959.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE; SHOR. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. 1995.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 47ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir. *Concepção Dialética da Educação*. São Paulo: Cortez, 1995.

GADOTTI, Moacir. *História das Ideias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 1995.

GADOTTI, Moacir.(org.). *Paulo Freire: uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez/IPF, 1996.

PELANDRÉ, Nilcéia Lemos. *Efeitos a longo prazo do Método de Alfabetização de Paulo Freire*. Tese (Doutoramento) - Florianópolis, 1998.